

ATA N.º 3/2026

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO DE 29 DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

----- No dia 29 de janeiro de 2026, nesta cidade de Espinho, no salão nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu-se, em reunião extraordinária, a Câmara Municipal de Espinho, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Jorge Manuel Mengo Ratola, e dos Srs. Vereadores José Manuel Gonçalves da Fonseca Pinho, Carla Maria Ferreira Coelho, André Filipe da Costa Guimarães, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Nuno Pinto de Almeida e Maria Manuel Barbosa Cruz. Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Jurídica e de Apoio à Administração, Leonor de Barros Sousa Mendes. Pelas 15h00, o Presidente da Câmara Municipal de Espinho declarou aberta a reunião e informou que a reunião seria gravada em áudio, exclusivamente para efeitos de apoio à elaboração da respetiva ata, no âmbito do exercício de funções de interesse público legalmente atribuídas ao Município. -----

----- Passou-se, então, à apreciação dos assuntos contantes da **Ordem do Dia** desta reunião extraordinária da Câmara Municipal de Espinho, tendo o Presidente começado por informar os presentes de que gostaria de fazer um enquadramento prévio dos documentos submetidos à aprovação na presente reunião, estando depois disponível para esclarecer o que fosse necessário. -----

-----A este propósito começou por afirmar que os documentos apresentados não refletem, ainda, na íntegra o novo caminho que o Executivo pretende concretizar, considerando a existência de um conjunto de compromissos assumidos que ultrapassam o período final do mandato anterior. Ainda assim -continuou - reveste-se de capital importância enquanto ponto partida para a leitura da realidade financeira, patrimonial e organizacional da Câmara Municipal de Espinho, bem como para a definição das prioridades e da estratégia de desenvolvimento preconizada. Os documentos previsionais para 2026 assumem, por isso, uma governação baseada na transparência, no rigor financeiro e na eficiência da gestão pública. -----

-----Prosseguiu o Presidente afirmando que o executivo está focado na recuperação dos equipamentos municipais deixados ao abandono, na requalificação das infraestruturas degradadas, na recuperação da confiança dos cidadãos, na ação do município e na reposição da capacidade de planear o futuro do Concelho com serenidade e visão estratégica. O investimento na Nave Polivalente, na Piscina Solário Atlântico, no Museu Municipal, no Centro Multimeios, na Biblioteca Municipal, no Edifício dos Paços do Concelho e nos armazéns municipais representa uma escolha política, pretendendo devolver dignidade ao património público e dar condições de trabalho condignas aos trabalhadores municipais. O ensino é outro pilar estratégico de desenvolvimento do concelho com uma estratégia estruturada de manutenção e requalificação de estabelecimentos de ensino, com particular destaque, no imediato, para a Escola Domingos Capela. O território, o mar e a identidade do concelho ocupam também um lugar cimeiro nas opções políticas deste orçamento. No domínio do desporto, assumiu-se a responsabilidade de retomar o processo de construção do estádio municipal, promovendo uma avaliação rigorosa do estado atual do processo com o objetivo de desbloquear um dossier parado há demasiado tempo. A habitação constitui uma das maiores preocupações sociais do município e uma prioridade absoluta nestes documentos previsionais. No que respeita ao espaço público e às infraestruturas básicas, foi iniciado um levantamento exaustivo das vias municipais em mau estado de conservação, com vista à implementação de um plano estratégico e integrado de requalificação. Paralelamente, investir-se-á na requalificação das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais, enfrentando de forma responsável um dos problemas mais graves do concelho. -----

-----O Presidente reforçou pretender exercer também uma política de proximidade com as juntas de freguesia, parceiras fundamentais na implementação das políticas públicas locais, frisando a importância da execução dos contratos interadministrativos, assegurando uma gestão eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos.-----

-----Mais esclareceu que, no plano do financiamento, este documento assume uma rutura clara com as práticas do passado. O município apostará no planeamento estratégico, na preparação e elaboração atempada de projetos, de forma a recorrer com eficácia e rapidez aos fundos comunitários, evitando a perda de oportunidades de financiamento e assumindo como prioridade máxima o aproveitamento integral dos fundos comunitários ao dispor do município, sem comprometer o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade das contas públicas do município. O turismo é igualmente encarado como área estratégica e exige uma visão política clara e de longo prazo, assumindo-se a necessidade de abandonar uma atuação avulsa e pouco estruturada, e a aposta na elaboração de um plano estratégico de turismo, que permita definir prioridades, orientar investimentos e afirmar Espinho como um destino competitivo e sustentável.-----

----- O Presidente esclareceu, ainda, que se aumentou o investimento consideravelmente sem recurso nem a receitas extraordinárias nem a vendas de património, portanto, com aquilo que está disponível, isto é, os fundos e os recursos que estão disponíveis, aumentando as receitas para que se conseguisse construir um orçamento mais ambicioso e com mais possibilidade de concretização em termos de investimento do que aquilo que vinha sendo praticado.-----

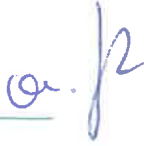
-----Prosseguiu o Presidente referindo, que depois desta introdução, queria agradecer à Divisão Financeira da Câmara Municipal e à sua responsável, Dra. Nádia Sarkisyan, pelo trabalho e esforço que empregaram para que os documentos pudessem estar disponíveis o mais cedo possível e com a maior transparência possível. Agradeceu, também, aos restantes elementos do executivo que consigo colaboraram para que os documentos refletissem a visão pretendida no pouco tempo disponível para o efeito.-----

-----De seguida, o Presidente deu a Palavra aos Vereadores para que pudessem fazer as perguntas que entendessem.-----

-----Começou o Vereador Luís Canelas por perguntar se houve alguma incidência grave no concelho em virtude das tempestades que se têm sentido. Depois questionou também se está previsto, para além da intervenção na escola Domingos Capela, alguma outra intervenção nas demais unidades escolares. Continuou perguntando o que se pretende fazer, em concreto, quanto ao estádio municipal e, quanto aos edifícios municipais, qual a prioridade e o critério para solucionar os problemas identificados. Relativamente aos recursos humanos, o Vereador Luís Canelas mencionou ter verificado um aumento do valor no orçamento, perguntando se, para além dos aumentos de salários, está prevista uma nova organização. Quanto à recolha de resíduos e à limpeza da cidade questionou se o contrato da SUMA está adequado e/ou se vai haver alguma alteração de fundo nesta matéria.-----

----- A Vereadora Maria Manuel Cruz questionou apenas o estado da escola Domingos Capela.-----

-----Em resposta às questões colocadas o Presidente informou que, felizmente, não houve registo no Município de danos com a gravidade dos que foram registados noutros locais, apenas algumas quedas de árvores, mencionando ter sido dado o apoio possível a outros municípios mais devastados com as tempestades. Relativamente à escola Domingos Capela, o Presidente remeteu para o que já havia sido informado na Assembleia Municipal, isto é, que havia um concurso a decorrer, que foi interrompido no período eleitoral, e, entretanto,



retomado, estando-se a desenvolver o procedimento, uma vez que alguns aspetos essenciais não estavam ali contemplados, como por exemplo o local onde os alunos permanecerão durante o período de intervenção, a segurança e fiscalização, entre outros. Mais referiu o Presidente que é possível que venham a ser contempladas outras escolas, embora neste momento não haja margem para onerar o orçamento municipal, sendo essencial ir providenciando a manutenção e as pequenas reparações, por forma a evitar o estado de degradação a que chegou a escola Domingos Capela. Afirmou, a este propósito, estar a ser efetuada uma avaliação e levantamento nos demais edifícios e também no tocante às ruas e estradas. Prosseguiu o Presidente sublinhando que o estádio é uma prioridade do executivo, mas não é uma urgência, sendo que, neste momento, está em curso um processo judicial e o que se pretende de futuro é encontrar uma solução que não prejudique ninguém e que, sobretudo, beneficie a comunidade e a Câmara Municipal. Quanto aos edifícios municipais, explicou o Presidente que a prioridade e o critério são, como sempre, as pessoas, são os funcionários que merecem toda a consideração, todo o respeito e que, com o executivo, podem alavancar o trabalho do município para corresponder às expectativas de todos os cidadãos, pelo que as intervenções vão começar pelos armazéns, pelos paços do concelho, pelas piscinas, pelos equipamentos municipais. Até à data não havia projeto praticamente para coisa nenhuma e é isso que se está agora a fazer. Relativamente ao contrato da limpeza e dos resíduos, o Presidente explicou que o mesmo está em vigor e o orçamento tem inscrito uma verba considerável a este respeito, esclarecendo que, no seu entendimento, é muito importante fiscalizar, acompanhar e definir novas rotas, ajustando-as à realidade, que é dinâmica, sendo igualmente importante educar as pessoas e tentar ter soluções para que mesmo aqueles não tenham comportamento ideal acabem por se ajustar ao pretendido. Quanto aos recursos humanos, há um aumento natural dos vencimentos. No entanto, Presidente sublinhou que a organização da câmara estruturada num patamar não é funcional, as responsabilidades estão difusas e a operacionalidade foi-se perdendo, pelo que é intenção deste executivo dividir algumas responsabilidades, tornando a orgânica mais operacional, já que a dimensão dos recursos humanos existentes aporta um valor considerável para a despesa.-----

-----De seguida, o Vereador Nuno Almeida fez algumas considerações sobre o orçamento apresentado, questionando em concreto a descida em cerca de 11% das despesas de capital; as despesas com recursos humanos, que demonstram uma subida de 4%, perguntando se isto já traduz a previsão de um novo organograma; o aumento do valor com estudos, parceiros e consultadoria, perguntando se não é possível que estes serviços possam ser feitos internamente pelos técnicos da câmara. Mais referiu o Vereador Nuno Almeida que no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) não identificou nada especial, nenhuma nova obra, nenhum novo investimento. Por fim, referiu também que o orçamento está muito centrado na arrecadação da receita através de fundos comunitários e nacionais, interrogando o que acontecerá se estes fundos não se concretizarem, o que esfumará, no seu entendimento, a situação financeira do Município. Mais referiu esperar que o executivo consiga, como propõe, ter a capacidade de executar os 30 milhões relativos à incorporação do saldo de gerência. Quanto às freguesias, continuou o Vereador Nuno Almeida afirmando não existir uma delegação de competências já definida, e que, da análise que fez aos documentos, resulta que a freguesia de Guetim foi largamente beneficiada, tendo a freguesia de Anta sido prejudicada em 40.000,00 euros, refletindo cálculos que estão mal feitos e que não acompanham a realidade, dado que Guetim não tem limpeza urbana e nunca teve, não devendo receber verba para isso. Mais perguntou porque é que não se deixou que as juntas freguesias pudessem terminar as obras que estavam em curso, que são obras estruturantes.-----

-----Em resposta, o Presidente referiu, em resumo, que no tocante às obras novas no PPI, estas traduzem-se em cuidar das estradas, pretendendo-se um investimento enorme em termos das vias e explicando que as

freguesias não tiveram condições para o fazer, nem em termos de tempo, nem em termos de recursos técnicos e financeiros. Continuou o Presidente, ressaltando o propósito de fazer as intervenções bem feitas e não como um mero remedeio, tendo existido total transparência nas reuniões havidas com as freguesias quanto a este ponto, ficando assente que a Câmara que iria fazer as vias em articulação com as juntas, de acordo com três tipologias: intervenções simples de pavimentação, juntando duas ou três freguesias; requalificações e procedimentos para substituir sinalização, que na maior dos casos está toda queimada e que a Câmara vai assumir, por ser uma responsabilidade sua, ganhando em termos de eficácia ao resolver estes problemas em grande escala. Relativamente à questão dos fundos e da receita, prosseguiu o Presidente explicando que o fez após ter reunido com os organismos que têm relação com a Câmara de Espinho a nível governamental, seja na habitação, seja na saúde, seja nas estradas e a todos os níveis, para ter as garantias de se poder recuperar muitas das verbas que, por inação, não foram aproveitadas, circunstância que pretende reverter de forma cabal, aproveitando todas as verbas que possam ser alocadas para resolver os problemas do Município. Por fim, e no tocante às juntas de freguesia, o Presidente frisou que tudo foi abertamente falado com os cinco presidentes de junta, com o mesmo patamar de lealdade, de transparência e de frontalidade, referindo que o montante disponível no orçamento será distribuído de acordo com aquelas que são as necessidades de cada freguesia e de acordo com a capacidade de cada uma realizar o que se pretende e com o que é necessário para os respetivos territórios.

-----Foi ainda questionada, pelo Vereador Nuno Almeida, a possibilidade de a auditoria a realizar na Câmara poder abranger não só o mandato anterior, mas também o de 2017-2021, tendo o Presidente respondido que incumbia ao executivo anterior fazê-lo em devido tempo e que desperdiçou essa oportunidade, não sendo agora o momento para o fazer.

-----Posto isto, passou-se à votação do ponto único da ordem de trabalhos:

----- **Deliberação N.º 22/2026: Documentos Previsionais para o ano 2026: Orçamento e Grandes Opções do Plano; Demonstrações Orçamentais e Demonstrações Financeiras; Mapa de Pessoal; Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais.** Presente a informação n.º 265/2026 da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos. Votação: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ao abrigo da alínea c) n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, constante do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual) e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, submeter à aprovação da Assembleia Municipal os Documentos Previsionais para o ano 2026. A deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD, 2 abstenções dos eleitos do PS e 1 voto contra da eleita do Grupo de Cidadãos MMC. Os eleitos do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: *"Os eleitos pelo PSD, na reunião extraordinária de câmara, de 29 de janeiro de 2026, votaram a favor no Ponto 1, da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre os documentos previsionais para o ano de 2026: a) Orçamento e grandes opções do plano, demonstrações orçamentais e demonstrações financeiras; b) Mapa de pessoal; Autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos orçamentais.", com os seguintes fundamentos: Os eleitos do PSD congratulam-se com o orçamento apresentado à reunião de Câmara, para deliberação de envio à assembleia municipal, por este ser um orçamento como há muito o Município de Espinho precisava, enquanto documento político da ação governativa que visa o investimento sem pôr em causa o equilíbrio financeiro do Município. Desde logo, é um orçamento de 64.2 milhões de euros, não contando com a futura incorporação de saldos do exercício*

anterior, em cerca de 14 milhões de euros, assente em receita não inflacionada, e sem recurso a receitas extraordinárias, tais como, empréstimos ou alienação de património. É um orçamento que projeta um aumento da despesa corrente, na medida em que esta é influenciada pela inflação e aumentos salariais, que, como é sabido, são dados que o Município não controla, mas é também um orçamento que aumenta, em muito, o investimento, na medida em que se apresenta com 23,74% para investimento, e, comparando o que era a projeção do ano de 2025, prevê um aumento de 5.1 milhões de euros, mesmo sem os fundos PRR (entre outros) que, infelizmente, Espinho não soube aproveitar. É assim um orçamento que permitirá desenvolver e executar medidas estruturantes para o Município, nas áreas da habitação, da educação, das infraestruturas rodoviárias, e, já agora, na manutenção dos equipamentos e edificado municipais, tão esquecidos que foram nos últimos quatro anos ...permitirá, ainda, retomar a obra do estádio municipal e melhorar, substancialmente, a proximidade e eficácia dos serviços aos cidadãos, aliás, como os espinhenses já o notam. De notar ainda o reforço muito substancial do financiamento às freguesias, na medida em que aumenta as verbas a transferir por delegações a um total de 900 mil euros, dando-lhes novas incumbências e capacidade de execução, o que nem sempre aconteceu em mandatos anteriores. Este orçamento não será perfeito, mas é, sem dúvida alguma, um passo muito significativo para um melhor exercício político, de execução e transparência, e de melhorias substanciais para a qualidade de vida dos espinhenses, Razões pelas quais os eleitos do PSD votaram a favor dos documentos previsionais.". Os eleitos do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista, quanto ao ponto referente aos "Documentos Previsionais para o ano 2026", consideram que o documento apresentado encerra contradições entre a estratégia anunciada e a tradução financeira nos mapas, pelo que optam pela abstenção. Da análise efetuada, verifica-se que a narrativa de "rigor e contenção" não é condizente com os quadros apresentados, nomeadamente quando se observa um aumento da Despesa Corrente em detrimento do Investimento de Capital. Considerando o mapa de pessoal que faz parte dos documentos, verifica-se um acréscimo significativo da despesa (cerca de 738 mil euros), cuja justificação técnica e ganhos de eficiência para a autarquia não se encontram devidamente fundamentados, contrariando a necessidade de libertar verbas para a obra física. Verifica-se igualmente que o Plano Plurianual de Investimentos para 2026 não apresenta novos projetos estruturantes com dotação suficiente para arranque imediato, limitando-se maioritariamente a transitar compromissos do mandato anterior. Acresce a recusa deste Executivo em alargar a Auditoria Externa ao mandato 2017-2021. Ao impedir a análise ao período onde se geraram os maiores problemas financeiros do Município (como o Estádio), o PSD demonstra que a sua exigência de transparência é seletiva e visa proteger o seu próprio passado. Por fim, condenamos a forma como foram tratados os Acordos de Execução com as Freguesias. A atualização para 2026, feita sem o devido estudo das novas competências, cria graves assimetrias: favorece algumas juntas em detrimento de outras, que verão a sua capacidade financeira asfíxiada e a qualidade do serviço público comprometida. Assim, estando este Executivo no início do seu mandato pleno, consideramos que este orçamento — com mais despesa de funcionamento, menos investimento e desigualdade territorial — corresponde às suas opções exclusivas e à sua inteira responsabilidade."-----

----- A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, em minuta, o texto da globalidade das deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 57.º do RJAL. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que por ele vai ser assinada, juntamente com a Chefe da Divisão Jurídica e de Apoio à Administração. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Espinho,



A Chefe da Divisão Jurídica e de Apoio à Administração,

